

**16/10/2007**

**TST mantém condenação por trabalho degradante em fazendas dos irmãos Mânica**

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo de instrumento interposto pelo Condomínio de Empregadores Rurais Norberto Mânica e Outros contra condenação da Justiça do Trabalho de Minas Gerais ao pagamento de R\$ 300 mil a título de indenização por danos morais coletivos. A condenação resultou de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho diante das condições degradantes em que eram mantidos os trabalhadores nas fazendas de propriedade dos três irmãos, cujo principal produto de cultivo era o feijão.

De acordo com a inicial da ação civil pública, na primeira inspeção, em janeiro e fevereiro de 2003, os auditores fiscais sofreram ameaças que impossibilitaram a apuração integral das irregularidades. Nova diligência foi feita em julho do mesmo ano, no período de safra, e nela constatou-se que a administração das contratações e do serviço estava a cargo de um “gato” (agenciador de mão-de-obra), empregado registrado, que recrutava trabalhadores em Minas Gerais e na Bahia. Os trabalhadores não recebiam nenhuma alimentação sólida entre as 16h, quando o jantar era servido, até as 10h do dia seguinte, hora do almoço, e que o “gato” mantinha um pequeno comércio na área do alojamento, onde vendia biscoito e cigarros. A precariedade das condições de trabalho era agravada por circunstâncias como a utilização de alojamentos coletivos para empregados, casais e famílias, sem privacidade ou dignidade. Na refeição matinal, era servido apenas café, “sem pelo menos um pedaço de pão”.

O pedido era de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 3 milhões. A Vara do Trabalho de Unaí o indeferiu, mas o TRT/MG, ao julgar recurso ordinário do Ministério Público, considerou que “a conduta empresarial gerou dano coletivo a toda a categoria dos trabalhadores rurais da região, indefinidamente considerada, que, desconhecendo os seus direitos, resignada à necessidade de subsistência, sujeitava-se à exploração que lhe era imposta”. Os réus foram condenados solidariamente ao pagamento de R\$ 300 mil a título de danos morais coletivos, revertidos a favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O TRT/MG determinou ainda que os fazendeiros se abstivessem de manter em serviço trabalhador com idade inferior a 16 anos em qualquer atividade e entre 16 e 18 anos em atividades insalubres, perigosas, penosas ou noturnas, e negou seguimento ao recurso de revista, motivando o condomínio a interpor o agravo de instrumento.

A alegação principal era a de que a sentença não reconhecia a existência de trabalho escravo nas propriedades dos condôminos, e mesmo assim foram condenadas na indenização por danos morais. Argumentou-se, também, que as irregularidades já haviam sido corrigidas, e que o dano moral seria

“incompatível com a transindividualidade porque diz respeito ao foro íntimo da pessoa lesada”.

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ao analisar o processo, afirmou não restar a menor dúvida de que a conduta ilícita dos fazendeiros resultou, como registrou o Regional, “em aviltar, humilhar e rebaixar a situação do operário a mero fator de produção, sem respeito a seus valores humanos e à sua dignidade, cujo respeito a legislação impõe”. Conforme explicou o relator, o fato de ter sido constatada a melhoria da condição dos trabalhadores “em nada altera o que foi decidido, porque a indenização por danos morais visa reparar lesão ocorrida no passado e que, de tão grave, ainda repercute no seio da coletividade”.

A ação civil pública foi ajuizada em setembro de 2004. Em janeiro daquele ano, quatro funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego – três auditores fiscais e um motorista – foram emboscados e assassinados enquanto realizavam uma fiscalização rural de rotina na região de Unaí. As investigações da Polícia Federal apontaram como mandantes os fazendeiros Norberto Mânica e seu irmão Antério – que não integra o consórcio. Os indiciados aguardam julgamento pela Justiça Federal em Minas Gerais. (AIRR 561/2004-096-03-40.2)

**26/10/2007**

### **Trabalho escravo: grupo não consegue indenização da União**

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo interposto por um grupo de trabalhadores que pretendia o pagamento, pela União, de indenização por danos morais por terem sido submetidos a condições de trabalho análogas à de escravo numa fazenda em Rondônia. Seguindo o voto do relator, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, a Turma manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO), que entendeu que a condição danosa não foi causada pela União, e sim pelo empregador.

A reclamação foi ajuizada na Vara do Trabalho de Colorado do Oeste (RO). A inicial informava que, em maio de 2003, uma equipe interinstitucional de combate ao trabalho escravo, composta pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, pelo Ministério Público do Trabalho e pela Polícia Federal, realizou fiscalização na Fazenda São Joaquim, no município de Pimenteiras (RO), e constatou, no local, a utilização de mão-de-obra em condições análogas às de escravo. Na ocasião, foram libertadas cerca de 300 pessoas, entre elas os autores da reclamação.

Os trabalhadores, segundo a inicial, “eram transportados em gaiolas (caminhões para transporte de gado) e jogados no meio da selva, expostos às intempéries, sujeitos a picadas de animais

peçonhentos e acometimento de doenças tropicais como malária, dengue e viroses diversas”. Dormiam em redes ou estrados de madeira em moradias coletivas, feitas de lonas amarradas em estacas, sem banheiro, bebiam água em buracos cavados por eles mesmos ou em córregos sujos, onde também tomavam banho, e tinham de caçar, se quisessem comer carne. Eram impedidos de sair do local não só pelo isolamento do local (o povoado mais próximo fica a 70 km de distância), mas também por capatazes armados.

O objetivo da ação era condenar a União ao pagamento de danos morais pela situação em que se encontravam os trabalhadores antes da ação de fiscalização, sob a alegação de que “a liberdade e a segurança são deveres constitucionais do Estado”. A indenização pedida era de R\$ 52 mil “à vista” para cada trabalhador. O pedido tinha como fundamento a Lei nº 10.706/2003, que concedeu indenização no mesmo valor para um único trabalhador, José Pereira Ferreira, “por haver sido submetido à condição análoga à de escravo e haver sofrido lesões corporais” na Fazenda Espírito Santo, no Sul do Pará, em 1989. A lei, proposta por iniciativa do presidente da República, conforme a alegação da inicial, equivaleria a uma admissão direta de culpa e responsabilidade pela ocorrência de escravidão no País.

A defesa suscitou a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar a ação e explicou os motivos pelos quais a União indenizou o trabalhador beneficiado pela Lei nº 10.706/2003. O rapaz, à época, tinha apenas 17 anos e, quando tentou fugir do local do cativeiro, foi atingido por disparos feitos por um empregado da fazenda, o que lhe causou lesões permanentes no olho direito. O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nesta comissão, há um procedimento preliminar que permite solucionar o caso mediante acordo. Caso contrário, o Estado pode ser demandado na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Estado Brasileiro, então, optou por celebrar o acordo. “A Lei nº 10.706/2003, portanto, representa uma composição entre os demais Estados subscritores da Convenção Americana sobre Direitos Humanos contra um Estado em mora, no caso o Brasil”, argumentou a Advocacia-Geral da União.

A Vara do Trabalho julgou a ação procedente e condenou a União a pagar os R\$ 52 mil a cada trabalhador com base na teoria do risco administrativo, fixada no parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal. Segundo esse dispositivo, o Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, porém, reformou a sentença, por entender que a responsabilidade objetiva do Estado decorre de danos causados diretamente por agentes que estavam a seu serviço. Com relação à responsabilidade subjetiva (decorrente da alegada omissão do Estado), o TRT observou que, igualmente, não era o caso: os trabalhadores foram admitidos entre março e maio de 2003, e a fiscalização ocorreu entre 29 de maio e 3 de junho do mesmo ano. “Percebe-se que a fiscalização foi bastante ágil”, registra o acórdão regional. “Ao contrário do que

entendem os autores, não se vê conduta ilícita praticada pelo Estado, uma vez que o evento danoso não foi ocasionado por ele; ou seja, não se percebe procedimento contrário ao direito por parte da União, mas, sim, pelo empregador.” Com relação à Lei nº 10.706/2003, o TRT entendeu que, naquele contexto, a União reconheceu um caso específico de omissão do Estado, que não se estendia à situação do processo. A reclamação foi julgada improcedente, e o recurso ao TST teve seguimento negado, motivando a interposição de agravo de instrumento.

Nas razões de agravo, o grupo de trabalhadores adotou dois fundamentos: a isonomia com o tratamento dispensado ao trabalhador indenizado pela Lei nº 10.706/2003 e a responsabilidade da União por omissão. O ministro Carlos Alberto, porém, destacou que o TRT já havia esclarecido a especificidade da lei e sua inaplicabilidade ao caso em questão. Sobre a alegada omissão do Estado, o ministro lembrou que, embora a doutrina esteja dividida, “prevalece na jurisprudência a teoria subjetiva do ato omissivo, de modo a só ser viável a indenização quando houver culpa ou dolo do agente”, conforme decisões do STF nesse sentido. (AIRR 186/2005-051-14-40.4)